**Relatório de atividades 2018**

- AFBNB esteve reunida com o Presidente do Conselho de Administração do BNB, Ricardo Soriano de Alencar e com representantes do Banco, onde foram pautadas as questões institucionais como o papel do BNB, a gestão e operacionalização do FNE, a reestruturação no BNB e a reintegração dos demitidos na Era Byron (1997-2003) e reafirmou pontos que já haviam sido apresentados anteriormente, que afetam os trabalhadores da instituição.

- A Associação encaminha ofício à Presidência e diretorias do BNB solicitando o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) referente ao exercício 2017. Posteriormente, também por ofício, solicita a divulgação da data e cálculo da PLR. Com a divulgação do balanço do Banco, em fevereiro, e o descompasso entre o lucro operacional e o lucro liquido – o que repercutiria negativamente no valor da PLR – a AFBNB divulgou nota cobrando o reconhecimento do Banco ao esforço e dedicação de seu corpo funcional e solicita reunião para discutir o assunto, que ocorre em março. Para dar suporte às ações da entidade, AFBNB encomenda ao Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (IBEPS) um parecer técnico sobre os resultados financeiros do Banco.

- Ofício à Presidência e à Comissão de Ética do BNB no qual cobra a revogação de concorrência interna restritiva. No documento, a AFBNB reitera que a referida política vai de encontro ao princípio de isonomia de tratamento, estando em desacordo com o Código de Conduta Ética do Banco e com a própria Constituição Federal em seu artigo 5º. Enfatizamos que o mesmo assunto já tinha sido abordado pela AFBNB em reunião com a diretoria do Banco e por meio da nota “Concorrência interna: Por isonomia de tratamento já!” e foi pauta de outro documento encaminhado à Diretoria de Administração do Banco, ambos também em janeiro.

- A Associação se reune com a Superintendência do Ambiente de Administração das Centrais de Crédito, com o objetivo de dar continuidade à discussão acerca das demandas dos Técnicos de Campo, as quais integraram o relatório do 5° Encontro dos Técnicos de Campo, bem como demandas referentes a concorrências, promoções, remoções e outros elementos peculiares às atribuições das Centrais.

- Participa do curso de integração de novos funcionários no Passaré, em março deste ano, ocasião em que falou sobre a história da Associação e suas bandeiras de luta.

- A AFBNB participa de ações ocorridos no Brasil contra as reformas trabalhista e previdenciária, ocorridas ao longo de 2018.

- Diante dos riscos da Resolução nº 23, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), publicada no Diário Oficial da União em janeiro de 2018 e que “estabelece diretrizes e parâmetros para o custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados”, a AFBNB encaminha ofício ao Banco e à Camed solicitando reunião para discutir o assunto, e busca interlocução com entidades representativas de outras instituições públicas, na perspectiva de iniciativas conjuntas que rechaçam a medida, inclusive jurídicas, se necessário.

- Dando continuidade às atividades da AFBNB em torno da Medida Provisória 812/2017 - que altera a Lei nº 7.827/1989 para regulamentar os encargos financeiros dos fundos constitucionais e alterar a taxa de administração realizada pelos Bancos Regionais - a AFBNB participa em abril da audiência pública realizada pela Comissão Mista que analisa a referida MP e que contou com participação de representantes das superintendências de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam); além de bancos do Brasil, do Nordeste, da Amazônia e Banco Central.

No mesmo mês a MP foi aprovada pela Comissão e seguiu para votação nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado. O texto final trouxe alterações propostas pela relatora, dep. Simone Morgado (PMDB-PA), algumas delas apresentadas pela AFBNB e objeto de intensa mobilização e articulação da Associação nos últimos meses junto ao Parlamento, como a inclusão de fator para a região semiárida, viabilizado indiretamente com a inserção do chamado “Fator locacional” – que possibilita aos conselhos de desenvolvimento das regiões indicarem áreas prioritárias que, por sua vez, terão rebatimento com taxa real menor que outras áreas não prioritárias.

- A convite da Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara Federal, a AFBNB participa em maio de uma mesa-redonda sobre a participação da sociedade civil. Em 2017, a Associação foi premiada na Comissão entre as entidades que mais apresentaram sugestões de atividades.

- Participa da audiência pública “Debate dos principais programas voltados ao Desenvolvimento Regional e Nacional”, realizado pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA).

- Em junho, a AFBNB participa da Audiência Pública “Fortalecimento do BNB: FNE, Desenvolvimento e Recursos Humanos”, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, resultante da articulação feita pela Associação junto ao mandato do Deputado Estadual Nestor Bezerra (Psol-CE) para aprofundar os debates acerca do papel dos Bancos Públicos e os atuais desafios do Banco do Nordeste do Brasil.

- A Associação participa de reuniões do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, realizadas em junho e agosto, que discutiram peças jurídicas contra privatizações; documento para presidenciáveis, entre outras pautas. A Associação tem participado das reuniões do Comitê desde 2017.

- A Associação participa do evento da série Diálogos Capitais sobre o papel dos bancos públicos no desenvolvimento do Brasil, realizado em agosto em Teresina/PI. O evento, promovido pela revista Carta Capital, está sendo realizado de forma itinerante.

- Participa de Audiência Pública no Senado Federal com o tema “Desmonte dos Bancos Públicos: privatização e desemprego”. Em sua intervenção, a Diretora-Presidente Rita Josina destaca a importância do fortalecimento dos Bancos Públicos, principalmente a do Banco do Nordeste, principal indutor do desenvolvimento da Região. Ressalta também a própria atuação da AFBNB na defesa das instituições, com a realização de diversas articulações envolvendo o campo parlamentar, a sociedade civil e o meio acadêmico no sentido de promover ação de defesa destes entes federais.

- Associação participa de Audiência Pública na Câmara dos Deputados que discutiu a resolução N° 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR). A resolução trata das diretrizes e parâmetros para o custeio das empresas estatais em relação aos benefícios de assistência à saúde aos empregados dessas instituições. Participam também dirigentes de Entidades representativas dos trabalhadores dos Correios, CAIXA, BNDES, além de parlamentares, gestores dos planos de saúde e outros interessados na matéria.

- A AFBNB envia ofício à Presidência do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) solicitando a anulação dos atos administrativos ocorridos em decorrência do processo de reestruturação. Apenas a extensão do período de asseguramento da função não é suficiente, na opinião da AFBNB.

- Encaminha ofício ao presidente do Conselho de Administração do BNB, Jeferson Luis Bittencourt, no qual solicita reunião para tratar de demandas relacionadas ao BNB – tanto institucionais quando funcionais.

- Diante do descredenciamento do atendimento de urgência e emergência de um hospital em Fortaleza, a AFBNB envia ofício e publica notícia cobrando melhoria nos serviços e na rede de atendimento. O documento faz referência a deliberações aprovadas na 53ª RCR onde foram aprovadas duas deliberações, já encaminhadas à Camed e ao Banco: “Cobrar da Camed ampliação da rede credenciada principalmente nas agências do interior, de modo que nos municípios onde haja agência seja credenciado pelo menos um clínico geral, um dentista, um oftalmologista e o pediatra, bem como que a Camed recicle constantemente seus representantes”; e “Fazer gestão junto à Caixa Médica visando a melhoria dos valores pagos aos credenciados, aliando a assistência médica de forma plena, além de buscar parcerias junto a outros planos de saúde, com o objetivo de atendimento pleno, principalmente no interior”.

- Outra questão amplamente discutida e enfrentada pela AFBNB foi a Resolução nº 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR). A medida cria desigualdade entre os participantes (novos editais não devem constar o acesso a serviço de saúde, por exemplo); limita e reduz o investimento nas caixas médicas e retira o direito ao plano pós aposentadoria (“respeitado o direito adquirido”).

A AFBNB pauta esse assunto com a base, através de matérias veiculadas em suas mídias; trata desse assunto em reuniões com o Banco, com a Camed e em audiência pública em Brasília; está apoiando o Projeto de Decreto Legislativo (PDC 956/2018) da deputada federal Erika Kokay (PT-DF) cujo objetivo é sustar a resolução da CGPAR e tem se somado a outras entidades representativas no enfrentamento dessa questão. Em junho, participa do Seminário Nacional em Defesa dos Planos de Saúde de Autogestão das Estatais Federais, promovido pela FENAE, e em agosto esteve na audiência pública que trata esse tema na Câmara Federal, em Brasília.

- Diante do anúncio por parte da Camed e do BNB do aumento do percentual da cota social e do patrocinador (Banco) do Plano Natural de 1,5% para 2,5% e o reajuste no Plano Família em 2,75%, em julho, a AFBNB participa de reuniões para discutir o assunto com a direção do Banco e da Caixa Médica e divulgou nota intitulada “Sobre reajuste na Camed: até quando esse sacrifício?”. Envia ofício à diretoria do Banco, da Camed e do Conselho Administrativo da Caixa Médica solicitando o cumprimento do Estatuto no que diz respeito à consulta aos associados antes do reajuste, bem como a suspensão do processo até que todas as informações acerca de custos, receitas e projeções fossem amplamente discutidas pelos associados.

- A AFBNB participa da audiência pública “O futuro da Previdência Privada”, promovida pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) do Ministério da Fazenda. Dentre as 16 propostas selecionadas para ajustes de curto e médio prazos pela Secretaria, duas foram apresentadas pela AFBNB: a criação do CNPJ por cada plano previdenciário com fins de segregação dos ativos e maior segurança jurídica; e que o participante ativo possa receber o beneficio sem ter de encerrar o “vinculo de trabalho” com o empregador/patrocinador, desde que tenha cumprido com suas obrigações do contrato previdenciário e esteja elegível a um beneficio do INSS. Outras propostas foram apresentadas pela Associação, como a instituição de um diretor eleito para todos os fundos de pensão – pleito que será analisado pelo Ministério em outro evento a ser oportunamente comunicado.

- A Associação esteve em Brasília para participar de uma audiência pública sobre fundos de pensão e se reunir com trabalhadores do BNB naquela base. A audiência, promovida pela Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, teve por objetivo discutir as mudanças na governança dos Fundos de Pensão, como a Capef, propostas pelo Governo. A AFBNB tem acompanhado o debate em torno dessa temática em diversos fóruns, inclusive alertando para o que considera riscos para as Caixas de Previdência, como a criação de Diretores e Conselheiros Independentes nos Fundos de Pensão, que serão contratados via processo de edital e entrevistas. Para a Entidade, isso é uma ameaça por diminuir a participação dos trabalhadores nas decisões das entidades. Outras sugestões defendidas pela Associação é o fim do voto de qualidade ou minerva; a eleição para um Representante nos Comitês dos Investimentos das entidades previdenciárias fechadas sem fins lucrativos; e a instituição de Diretores Executivos eleitos e da Assembleia Geral Extraordinária para decisões estratégicas como alterações nos Estatutos e Regimentos Internos.

- A AFBNB contata e envia ofício ao coordenador da Bancada do Nordeste na Câmara Federal, deputado Júlio César (PSD-PI), reiterando a necessidade de convocação dos aprovados em concurso e parabenizando pela iniciativa do deputado, juntamente com outros dois parlamentares – deputados Moses Rodrigues (MDB-CE) e Efraim Filho (DEM-PB) – em procurar a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério do Planejamento, para tratar do assunto.

- A Associação protocola, em junho, ofício ao secretário da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Fernando Soares, solicitando o aumento no quadro de pessoal e a convocação imediata dos aprovados. O assunto também foi um dos temas abordados na audiência pública promovida na Assembeia Legislativa do Estado do Ceará, a partir de sugestão da AFBNB ao dep. estadual Nestor Bezerra (PSOL), para discutir o fortalecimento dos bancos públicos.

- A AFBNB se reune com o Ministro Chefe da Secretaria de Governo, Carlos Marun e uma comitiva formada por candidatos aprovados, pelo senador Agripino Maia; pelo coordenador da Bancada do Nordeste, dep. Federal Julio Cesar, pelos deputados Moses Rodrigues e Efraim Morais Filho para buscar agilizar a convocação e publicou artigo no jornal cearense O Estado intitulado “Por que convocar?”.

- A Associação esteve reunida com o presidente do BNB, Romildo Rolim, para discutir a reintegração dos demitidos do Banco na gestão de Byron Queiroz. Além da Associação, participaram do encontro o Sindicato dos Bancários do Ceará e a Comissão dos Demitidos, representada por Sousa Júnior. Posteriormente, a reunião foi entre a Associação e trabalhadores demitidos. Além de socializar ações que têm sido encaminhadas, discutiu-se a viabilidade de constituição de uma assessoria jurídica para acompanhamento do processo de discussão que a AFBNB, com a comissão dos demitidos, está tratando junto com o Banco.

- A AFBNB encaminha à Diretoria Administrativa do Banco oficio cobrando informações acerca de mudanças do domínio empresarial do Cartão Alimentação. A Associação solicitou, à época, detalhes sobre o processo, em atendimento a diversos questionamentos feitos pelos funcionários. Pouco tempo após a mudança, começaram os problemas no uso da nova bandeira, sobretudo relacionados à rede credenciada deficitária. A Associação, então, solicita reunião com o Banco para tratar dessa e de outras demandas dos trabalhadores.

- Embora não integre a mesa de negociação, é inerente à missão da AFBNB a luta em defesa de seus associados. Por isso, a Entidade se inseriu na Campanha Salarial 2018, mobilizando e participando de reuniões.

- A AFBNB participa de Encontros Estaduais dos Bancários em algumas bases e dos Encontros Nacionais dos Bancários das duas confederações - Contec e Contraf e a convite da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec), participa de reunião com o BNB para a entrega da minuta de reivindicações específicas dos trabalhadores do Banco, referente à base representada pela Confederação. Já em agosto, a convite do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Norte e do Sindicato do Maranhão, a Associação se reune com a diretoria do BNB para discutir temas da pauta específica alternativa dessas duas bases.

- Na semana em que o BNB divulga o resultado do balanço semestral, a AFBNB envia ofício ao presidente do Banco e divulga nota intitulada “Quem constrói o Banco merece resultados positivos”, destacando a ampla capacidade de seus funcionários e cobrando protagonismo da instituição, com a realização de proposições concretas para os trabalhadores do BNB no âmbito da campanha salarial.

- Durante a campanha salarial, a AFBNB faz alerta para a necessidade de se avançar nas demandas específicas, bem como estimulando a participação da base nos debates e assembleias. Nesse período, divulga a nota “Campanha Nacional dos Bancários: ainda tem luta”, na qual destaca que o fato de não ter havido greve não pode implicar em desmobilização dos trabalhadores; pelo contrário, deve estar na ordem do dia a luta por avanços nas demandas gerais e específicas da categoria e o fortalecimento das instituições públicas.

- A AFBNB, como uma das marcas da integração entre sua diretoria e o corpo de funcionários do BNB, realiza periodicamente visitas e reuniões em diversas unidades do Banco em toda sua área de atuação e também junto às superintendências regionais. O objetivo é integrar as ações e promover o diálogo com a base e suas representações. De abril a agosto foram realizadas agendas em unidades da BA, CE, RN, PI, PE, PB, SE e MG.

- Diante da eleição para Comitê de Ética do BNB, a AFBNB divulga nota na qual defendia a transparência no processo e um perfil para o candidato: democrático e transparente, coerente na prática do dia a dia, sempre zelando pelo respeito à dignidade do trabalhador e do Banco enquanto instituição pública de desenvolvimento, ouvindo o contraditório e dando resposta às demandas; ter conhecimento dos processos e das realidades existentes no BNB (unidades da direção geral e agências); capacidade para agir de forma célere e responsável, mantendo diálogo e escuta permanente com os trabalhadores; ter autonomia e independência em relação à gestão do Banco.

- A AFBNB solicita ao Banco, por ofício, que procedesse com Campanha de Vacinação contra a Gripe H1N1 no BNB considerando que os trabalhadores bancários vivem em contato direto com o público principalmente nas agências, unidades muitas vezes superlotadas e com aglomerado de pessoas em ambiente fechado.

- Em junho, a AFBNB divulga e realiza eleição suplementar para representante de base.

- A AFBNB discute fortalecimento do BNB e recursos humanos no programa de rádio Democracia no Ar, transmitido ao vivo diariamente na internet e retransmitido em emissoras de rádio do Ceará. Participa do Programa de rádio Mundo do Trabalho, da Rádio Universitária e publicou artigo nos jornais Diário do Nordeste e O Estado. A luta da AFBNB em defesa dos fundos constitucionais e a favor da manutenção do veto 22/2018 repercute na imprensa, na TV O Povo - em uma entrevista que abordou os ataques, bem como as mobilizações e resistências ocorridas ao longo dos anos contra o BNB e seus recursos; na coluna de Economia do jornal O Povo; no blog do jornalista Eliomar de Lima e no programa de Rádio O Povo Economia.

- No mesmo mês, a AFBNB foi fonte na matéria “Cortes no BNB deverão reduzir crédito para pequenos produtores”, publicada no jornal Diário do Nordeste.

- Em setembro, os trabalhadores aposentados do BNB foram surpreendidos com o fim do convênio entre Banco/Capef e INSS, o qual garantia o crédito da aposentadoria e pensões nas contas dos beneficiários vinculadas ao BNB. De imediato a AFBNB questionou o Banco sobre o fim da parceria e, juntamente com a Associação de Aposentados (AABNB), reuniu-se com o Presidente Romildo Rolim e gestores do BNB para esclarecer informações acerca do fim do Convênio BNB/INSS/CAPEF. Após gestão do Banco junto ao INSS, o mesmo se comprometeu a retornar os créditos desse grupo específico para os domicílios anteriores, a partir de 1º de novembro.

- Iniciada a corrida eleitoral, como tem feito nos últimos pleitos, a AFBNB prepara o documento “Desenvolvimento Regional, Prioridade Nacional” com propostas que fortalecem as instituições desenvolvimento, seus trabalhadores, a região Nordeste e, consequentemente, o Brasil e envia a todos os presidenciáveis em outubro. A iniciativa, inclusive, foi uma das deliberações da 54ª RCR, realizada nos dias 14 e 15 de setembro, em Recife/PE: “Elaborar um documento a ser enviado aos candidatos à presidência, a partir da contribuição dos representantes e de documentos já produzidos pela Associação – com destaque para a cartilha Nordeste – sem ele não há solução para o Brasil”.

Além dos presidenciáveis, o material é encaminhado ao presidente eleito, ao Ministro de Desenvolvimento Regional, aos governadores dos estados da área de atuação do Banco, presidentes de Assembleias Legislativas, deputados federais e estaduais.

- Em outubro, a AFBNB participa de ato em defesa do BNB e dos Bancos Públicos, no Passaré, em Fortaleza. O momento promovido pelo Sindicato dos Bancários do Ceará com enfoque para o “Futuro dos Bancos Públicos”. O evento faz parte do processo de discussão do País pelo fortalecimento dos bancos públicos e contra a privatização. A inserção da AFBNB nessa discussão amplia as ações no processo que já vem participando nas casas legislativas estaduais, nos municípios e, sobretudo, em Brasília, sempre defendendo um plano de desenvolvimento nacional que contemple o recorte regional.

- No mesmo mês, a AFBNB subscreve nota conjunta de entidades (OAB, ANAMATRA, CNBB, ANPT, SINAIT, ABRAT E FENAI) em defesa das Estatais e da democracia. A Associação integra o Comitê em Defesa das Empresas Públicas, instância que se reúne periodicamente para traçar estratégias para o fortalecimento das instituições públicas.

- Em novembro, um fato que merece a atenção e a mobilização da AFBNB foi a votação do Veto 22/2018, da lei 13.682/2018. Se aprovado, permitiria a utilização de recursos dos fundos constitucionais (FNE, FNO e FCO) para equalizar as taxas de juros das aplicações do BNDES para suas aplicações nas regiões Norte e Nordeste. A luta da AFBNB foi pela manutenção do veto. Após agendamentos sucessivos de votação e retiradas de pauta, o veto não foi votado.

- Matéria publicada no jornal O Estado de S.Paulo iniciou a onda de boatos e incertezas acerca do futuro do BNB. As ameaças surgiam na forma de fusão, privatização, extinção. Completando o cenário, as declarações do secretário de Desestatização e Desinvestimentos do Governo Federal, Salim Mattar, veiculadas na imprensa, revelaram a intenção de manter e ainda assim de forma “magrinha” apenas três estatais – Banco do Brasil, Caixa Econômica e Petrobras. Diante disso, a AFBNB publica textos em suas redes, pauta a imprensa e envia ao parlamento matérias que mostravam a necessidade de fortalecimento do Banco, os quais subsidiaram intervenções de parlamentares na tribuna de parlamentos na região. “AFBNB refuta fusão de BNB com BNDES”, “Especulações, fusões e o BNB no meio”, “AFBNB reafirma: fortalecer o BNB é fortalecer o Brasil!” foram alguns dos textos produzidos.

- Com a publicação do balanço do BNB – dando conta da injeção de mais de R$ 40 bi na economia da Região – a AFBNB divulga nota na qual ratificava a eficiência do Banco, competência e dedicação dos trabalhadores.

- Diante das dúvidas encaminhadas à AFBNB, a entidade encaminha ofício à presidência e à diretoria administrativa do BNB solicitando informações e reunião para tratar sobre o PID. Entre as dúvidas, estavam questões como: indenização-FGTS; função em comissão; bonificação adicional para funcionários com mais de 59 anos; ação judicial e adesão ao PID; data limite para elegibilidade; bonificação.

- a AFBNB participa em Brasília de solenidade para receber pelo segundo ano consecutivo o Prêmio Selo de Participação Legislativa, concedido pela Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados. Em 2018, a Associação foi agraciada em três categorias: maior número de sugestões apresentadas em 2017; maior número de sugestões aprovadas e maior número de participantes em eventos propostos pelas entidades. A interlocução com a CLP se intensificou a partir de 2016, enquanto estratégia que visa ocupar os espaços institucionais com a pauta que a AFBNB considera relevante, seja para os trabalhadores, seja para o BNB e a sua área de atuação, ampliando a visibilidade e o reconhecimento da instituição.

Conheça as sugestões apresentadas pela AFBNB à CLP em 2019

Sugestão 1 – Realização de Audiência Pública para debater a estruturação, organização e governança técnico-institucional visando a funcionalidade e sustentabilidade de Arranjos Produtivos na área de atuação do FNE.

Sugestão 2 – Realização de Audiência Pública para debater Cidades médias – o que uma estratégia de fortalecimento econômico e institucional dessas municipalidades por meio de credito do FNE pode contribuir para a interiorização do desenvolvimento na área de atuação do Fundo.

Sugestão 3 – Realização de Audiência Pública para debater a Permacultura e a Agricultura Sintrópica, por meio dos Sistemas Agroflorestais como fator de convivência com o semiárido nordestino – estratégias que podem ser realizadas pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Ministérios.

Sugestão 4 – Realização de Audiência Pública para debater o Programa Agroamigo – a importância do apoio à Agricultura Familiar no semiárido nordestino.

Sugestão 5 – Realização de Audiência Pública para debater a criação/formulação de um Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste e um pacto de cooperação dos governos nordestinos.

Sugestão 6 – Apresentação de proposta de Projeto de Lei estabelecendo que toda agência bancária tenha no mínimo dois (2) caixas executivos

Sugestão 7 – Apresentação de proposta de emenda à Lei das Estatais (Lei Federal nº 13.303/2016) estabelecendo que a indicação da presidência para instituições públicas seja exclusiva a funcionários de carreira das próprias instituições.

Sugestão 8 – Apresentação de proposta de Projeto de Lei estabelecendo que os prédios públicos instalem mecanismos de captação e reuso de água e painéis solares visando redução de gastos e otimização de energia limpa.

Sugestão 9 – Realização de Audiência Pública para debater os impactos das transferências de recursos via intermediação financeira no desenvolvimento do Nordeste.

Sugestão 10 – Apresentação de requerimento para realização de seminário para debater os 100 anos de Celso Furtado e o legado para a Política de Desenvolvimento Regional.